

# Parceiros RR

Entrevista

## Junji é sabatinado por estudantes de jornalismo

*Rumos da política, combate à corrupção, valores morais e atuação parlamentar estão entre os temas destacados por alunos de Jornalismo da UMC, durante programa "Memória Mogiana"*

“A política é a arte de praticar o bem comum. Porém, a atuação irresponsável de determinados políticos joga toda a classe política na vala comum do descrédito, esfacelando o único elemento que une homem público e população: a confiabilidade”. A afirmação é do deputado federal Junji Abe (PSD-SP) que participou, na noite desta quarta-feira (29/08/2012), do programa televisivo “Memória Mogiana”, produzido pelos alunos do 8º período de Jornalismo da UMC – Universidade de Mogi das Cruzes. Convidado para o programa que marca o trabalho de conclusão de curso na disciplina de telejornalismo, Junji respondeu às questões dos jovens ao longo de três blocos de 15 minutos cada um. O professor Nivaldo Marangoni coordenou a entrevista que teve como apresentadores os alunos Ariane Noronha e Rodrigo Dias, além da participação de uma plateia composta por outros mais de 20 formandos. Ex-secretário municipal de Comunicação Social de Mogi das Cruzes, na segunda gestão do atual deputado como prefeito mogiano, Marangoni conhece bem o parlamentar. “Junji não faz restrições a perguntas e sempre foi muito solícito com a Imprensa. Portanto, fiquem à vontade para questionarem o que quiserem”, orientou o professor, antes da gravação do programa que será reproduzido em DVD para posterior distribuição às escolas da Cidade. Os alunos



Divulgação

seguiram à risca a orientação do mestre. E perguntaram de tudo. Rumos da política, valores morais, combate à corrupção, atuação parlamentar, projeto de vida e outros temas fizeram parte da sabatina. Na noite desta quarta-feira, Junji tornou-se a 141ª personalidade entrevistada para a série “Memórias Mogianas”, produzida pelos estudantes de Jornalismo da universidade ao longo dos últimos cerca de 25 anos. “É um arquivo histórico de primeira grandeza e só tenho a agradecer pela oportunidade de integrar este acervo”, elogiou o deputado, escolhido por indicação unânime da sala para participar do programa. Já na abertura da entrevista, os apresentadores mostraram que pesquisaram bem a vida do entrevistado. Rodrigo Dias, Junji do filho de camponeses, eleito vereador, em 1972, com a maior votação da história de Mogi das Cruzes (13% do colégio eleitoral), três vezes de-

putado estadual (1991-2000), duas vezes prefeito (2001 a 2008) e conduzido à Câmara Federal, com 113.156 votos em 367 municípios paulistas, para seu primeiro mandato na Casa (2011-2014). Sobrou tudo, segundo Junji. “Assim como o País não é completo sem preservar sua história, um ser humano não evolui sem incorporar as lições que a vida lhe proporciona”. Filho e neto de imigrantes japoneses, o deputado contou que, desde a infância, recebeu dos seus ancestrais a missão de “amar este País, de todo coração, ajudar o povo em tudo o que for possível e fazer mais pelo Brasil que os próprios brasileiros”. Referindo-se aos ensinamentos que recebeu, ele cravou: “Mais do que palavras na mente da criança que fui, são princípios gravados na alma do homem que sou”. Ao destacar que Junji deixou a Prefeitura de Mogi, em 2008, com pesquisas indicando 86% de aprovação popular, Ariane

Noronha quis saber a fórmula para uma bem avaliada gestão e se havia algum projeto que o ex-prefeito deixara incompleto. A participação popular no cotidiano do gestor é o alicerce para o exercício de um mandato em cargo eletivo, como definiu o deputado. As ações desenvolvidas por ele, frisou, constavam do PGP – Plano de Governo Participativo, elaborado em conjunto com o povo mogiano. O primeiro plano de governo da história da Cidade foi produzido por Junji em 2000, quando disputou a Prefeitura. Ao longo dos oito anos de governo, relatou ele, “cumprimos aproximadamente 95% das ações do programa e implantamos outras que não constavam dele”. Afinal, justificou, o PGP balizava a conduta da administração municipal, mas não era um documento “engessado”, tendo recebido acréscimos nos anos em que comandou o Executivo municipal, por sugestões da própria popu-

lação. Quanto a projetos não concluídos, Junji disse que a Cidade está em permanente crescimento, assim como as necessidades da população. “Há muito a ser feito para elevar a qualidade de vida dos mogianos. Cada gestor tem de dar o seu melhor, fazendo sua parte na história”, recomendou, enumerando a puxança do parque empresarial de Mogi, com destaque nas várias atividades econômicas. O PSD se consolidou como o quarto maior partido do País, como ressaltou Junji. A legenda propõe que, em 2014, além dos deputados federais e senadores, os eleitores votem em um terceiro parlamentar que, com dois anos de mandato, teria a incumbência de revisar a Constituição Federal. O grupo de constituintes não receberia salário e nem seria integrado por congressistas já eleitos. “Impossível é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo

superado impõe a municípios, Estados e à própria União limitações, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos”, justificou. Em resposta à aluna Angélica Ribeiro, Junji elencou, na lista de alterações fundamentais, o fim da reeleição para cargos no Executivo, extensão do mandato de quatro para cinco anos, coincidência de mandatos para evitar que o País pare a cada dois anos por causa de eleições, regras claras para doações às campanhas eleitorais e implantação de eleições distritais mistas para que o povo possa fiscalizar com eficiência e cobrar com rigor os parlamentares. Segundo Junji, as reformas político-partidária, tributária, previdenciária e trabalhista, entre outras medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, só serão realidade com uma profunda reformulação constitucional, executada por brasileiros com elevado espírito público, despojados de ideologia partidária e fora de qualquer função pública. Instado a falar sobre o julgamento do mensalão, Junji foi categórico em afirmar que os ministros do STF – Supremo Tribunal Federal “têm a obrigação moral de dar uma demonstração inequívoca de credibilidade do Poder Judiciário, aplicando as devidas punições aos réus do maior escândalo de corrupção da história do País”.